

TENDÊNCIAS

Déficit externo ainda preocupa especialistas

O País continua muito vulnerável a abalos no mercado internacional, advertem economistas

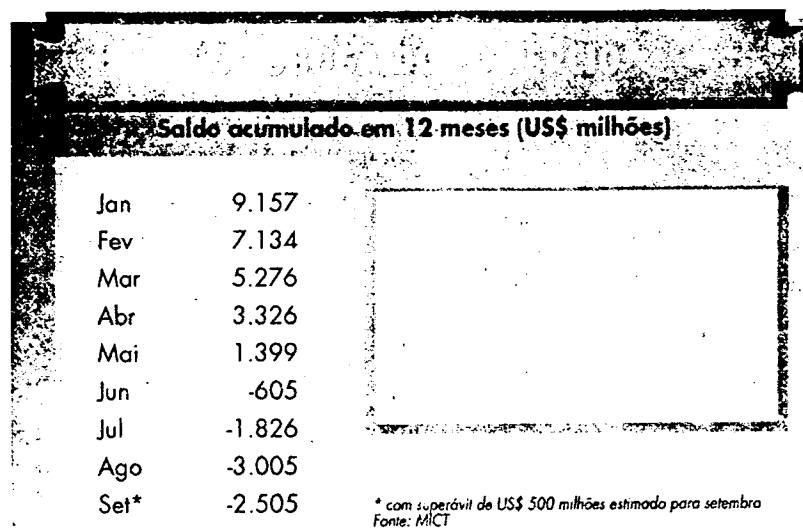
ROLF KUNTZ

O saldo comercial deverá melhorar no próximo ano, mas o balanço de pagamentos ainda será uma área de risco para a política econômica. Essa avaliação é de especialistas em análise de conjuntura e é mantida mesmo no cenário mais otimista. A hipótese mais favorável é de um déficit comercial de US\$ 1,5 bilhão neste ano, seguido de um superávit de US\$ 2 bilhões em 1996 (ver quadro). Neste caso, ainda poderá haver um buraco de US\$ 13 bilhões em transações correntes.

Será um número "ainda muito grande para garantir tranquilidade nas contas externas e eliminar totalmente o risco de uma crise cambial", segundo os autores do informe *Indicadores Antecedentes*. Este boletim é publicado trimestralmente pelos economistas Ailton Ribeiro, de São Paulo, e Cláudio Contador, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eles calculam para o próximo ano uma inflação entre 15% e 20% e uma correção cambial entre 20% e 25%, com alguma recuperação, portanto, do poder de competição dos produtores brasileiros (a desvalorização barateia o produto exportado e encarece o importado). Com isso, as exportações poderão chegar a US\$ 50 bilhões e as importações cairão de US\$ 49 bilhões previstos para este ano para US\$ 48 bilhões. O déficit na conta de serviços (formada principalmente por juros, viagens internacionais, fretes e seguros) poderá chegar a US\$ 17 bilhões. A conta de transferências unilaterais poderá ter uma sobra de US\$ 2 bilhões, com as remessas de trabalhadores no Exterior. A soma dos três saldos dará um resultado negativo de US\$ 13 bilhões em transações correntes.

A insegurança das contas externas é apontada também na revista *Conjuntura Econômica*, da Funda-



Saldo projetado (US\$ bilhões)

	1995	1996
Indicadores antecedentes	-1,5	2,0
Síntese	-3,3	-1,5
Funcex	-3/-3,5	-

ção Getúlio Vargas, em artigo assinado pela economista Lia Valls Pereira, e no boletim mensal *Síntese - Conjuntura e Cenários*, da LCA Consultores, comandada pelos economistas Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo, Bernard Appy, Cristian Andrei e Fernando Sampaio.

Segundo os autores do boletim *Síntese*, a redução dos juros e a desvalorização cambial deverão continuar "numa cautelosa trajetória gradualista", sem mudança abrupta da política de câmbio. O crescimento econômico permanecerá subordinado ao objetivo de contenção dos preços. Neste ponto, as análises das equipes de *Síntese* e de *Indicadores Antecedentes* são muito próximas: o

governo conterà a expansão dos negócios para garantir a estabilização. O combate à inflação, segundo os autores de *Indicadores Antecedentes*, será o carro chefe da política de Fernando Henrique Cardoso, que deixará alguma folga para retomar o crescimento mais perto das eleições de 1998.

Outra limitação, segundo as duas análises, será dada pelas contas externas. Depois do susto deste ano, quando a crise mexicana espantou os capitais especulativos, o governo

provavelmente será mais cuidadoso com o balanço de pagamentos.

Mesmo com maior ingresso de investimento de risco, estimam os economistas da LCA, o governo terá de ser prudente: "Dado o elevado desequilíbrio estrutural da conta de serviços, que já se aproxima de US\$ 20 bilhões ao ano, e considerando-se que, com a atual política cambial, não há garantia de superávits comerciais expressivos (mesmo com crescimento modesto), permaneceria um hiato de recursos da ordem de 1,5% do PIB". Se não se quiser diminuir as reservas, será preciso cobrir essa diferença com créditos de curto prazo e capitais voláteis. Qualquer piora do quadro mundial poderá resultar em dificuldades importantes.

Segundo a revista *Conjuntura Econômica*, "a questão do equilíbrio externo ainda representa fator de risco para o plano de estabilização". O governo ainda não se dispõe a dispensar a âncora cambial, um dos grandes freios da inflação desde o lançamento do real. Mas também procurou, no primeiro semestre, evitar uma valorização maior da moeda, intervindo várias vezes no mercado. Em agosto, porém, lembra a autora do artigo, o valorização do dólar diante do iene e das moedas europeias voltou a forçar uma alta do real. Questão: por que o governo não adota uma política mais flexível, am-

pliando a faixa de variação do câmbio e intervindo só nos limites superior e inferior? Reposta da economista: talvez por não estar convencido da credibilidade e dos fundamentos do plano de estabilização. Em outras palavras: co-

mo o ajuste das contas públicas ainda é duvidoso, a equipe econômica não tem segurança para mexer na política cambial. Continuar na dependência do câmbio para garantir a estabilização, no entanto, é manter o equilíbrio externo numa corda bamba, adverte Lia Valls Pereira.

**CRESCIMENTO
É LIMITADO
PELO RISCO NA
ÁREA EXTERNA**